

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

PROMESSA DE COMPRA E VENDA

LEI 8.245/91 — TEMPO INDETERMINADO - ALUGUEL PROVISIONAL - LOCAÇÃO RESIDENCIAL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE, (qualificação), residentes e domiciliados na Rua, Cidade de ..., Estado do, através de seu procurador judicial, com escritório profissional na Rua nº, instrumento de mandato incluso, vem, na legislação inquilinária nº 8.245/91 no seu artigo 68 e seguintes, promover AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL contra, (qualificação), portador do CPF/MF sob o nº, residente e domiciliado na Cidade de, Estado do, na Rua, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas: DOS FATOS Os Autores são proprietários do imóvel sito nesta, na Rua Em de de, os Autores locaram ao Réu o imóvel acima citado, para fins residenciais, conforme documentos em anexo. O valor do aluguel é de R\$ (....), conforme o comprovante em anexo.

Considerando o imóvel (apartamento de três dormitórios, dependência de empregada, gás central, porteiro 24 horas, estacionamento, a idade e o padrão do Edifício), localizado em zona central, dotada de toda infra-estrutura de apoio, verifica-se a defasagem do valor do aluguel. Os Autores pretendem um aluguel mensal de R\$ (....) equivalentes a (....) para efeitos de acordo, acrescido dos encargos legais e contratuais. Na hipótese de determinação de perícia os Autores pleiteiam desde já, seja fixado o valor determinado pela perícia à título de aluguel. Face ao exposto, REQUER se digne V. Exa.: a) a citação do Réu, no endereço indicado no preâmbulo, para querendo contestar a presente ação no prazo, sob pena de revelia; b) mandar intimar o fiador Sr., (qualificação), residente e domiciliado nesta, na Rua c) seja de imediato, determinado o aluguel provisório, desde a data de ajuizamento, evitando assim maiores prejuízos aos Autores, na razão de 80% (oitenta por cento) do valor postulado, até a prolatação da sentença. d) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente a realização de perícia; Requer, outrossim, seja a ação julgada procedente e fixado o novo valor do aluguel igual ao valor apurado na perícia, a partir de citação do réu, condenando-o ainda, aos encargos da sucumbência, honorários advocatícios a serem fixados por V. Exa., e demais cominações de estilo. Valor da causa R\$ Nestes termos, Pede deferimento., de de Advogado